



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## A Transição da Luta pela Moradia pela Luta Ambiental: O Meio Ambiente como Caminho para Militantes Existirem e Resistirem em uma Área de Milícia

**Priscila Coli**  
University of California, Berkeley

ST-08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

*Resumo. Esse artigo pretende ilustrar como o meio ambiente surgiu como pauta para militantes e ativistas lutarem pelo direito à cidade em uma área de milícia na Baixada Fluminense. A área em questão situa-se em uma planície de inundação que vem sendo aterrada de forma predatória por grupos milicianos desde os anos 90 com o objetivo gerar novas fronteiras de urbanização. Com efeito, os moradores sofrem com enchentes cada vez mais frequentes desafiando sua permanência no território. Em resposta aos problemas ambientais e a violência miliciana, militantes migraram de movimentos de luta por moradia para a defesa do meio ambiente entre o final do século 20 e início do 21. Seu escopo engloba a educação ambiental da população, fiscalização e denúncia. Essa atuação chama atenção pois, são raros os casos em que associativismos são permitidos em territórios dominados pela milícia. Esse trabalho procura mostrar que através da luta pela preservação do meio ambiente esses grupos encontram um meio de existir nesse contexto de "sociabilidade violenta" e resistir a produção do espaço pelas milícias sem confrontá-las diretamente. Esse artigo conta com entrevistas realizadas entre 2019 e 2022 com ambientalistas, agentes públicos, moradores, além de notas de audiências públicas realizadas em 2021 e revisão da literatura sobre associativismos e milícia.*

*Palavras-chave: Áreas de Milícia; Associativismos; Meio Ambiente; Produção do Espaço; Rio de Janeiro.*

### **The Transition from the Struggle for Housing to the Environmental Struggle: The Environment as a Way for Militants to Exist and Resist in a Militia Area**

*Abstract. This article aims to illustrate how the environment emerged as an agenda for militants and activists to fight for the right to the city in a militia area in the Baixada Fluminense. The area in question is located on a flood plain that has been predatorily filled in by militia groups since the 1990s with the aim of generating new frontiers of urbanization. Indeed, residents suffer from increasingly frequent floods, challenging their permanence in the territory. In response to environmental problems and militia violence, militants migrated from movements fighting for housing to defending the environment between the end of the 20th century and the beginning of the 21st. Their scope encompasses the population's environmental education, inspection and denunciation. This performance draws attention because there are rare cases in which associations are allowed in territories dominated by the militia. This work seeks to show that through the struggle for the preservation of the environment these groups find a way to exist in this context of "violent sociability" and resist the production of space by the militias without directly confronting them. This article features interviews conducted between 2019 and 2022 with environmentalists, public agents, residents, in addition to notes from public hearings held in 2021 and a review of the literature on associations and militia.*

*Keywords: 'Áreas de Milícia'; 'Associativismos'; Environmental Social Movements; Production of Space; Rio de Janeiro.*

### **La transición de la lucha por la vivienda a la lucha ambiental: el medio ambiente como forma de existencia y resistencia de los militantes en un área de milicia**

*Resumen. Este artículo pretende ilustrar cómo el medio ambiente surgió como agenda de militantes y activistas para luchar por el derecho a la ciudad en una zona de milicias de la Baixada Fluminense. El área en cuestión se encuentra en una llanura de inundación que ha sido llenada de forma depredadora por grupos de milicianos desde la década de 90 con el objetivo de generar nuevas fronteras de urbanización. De hecho, los residentes sufren inundaciones cada vez más frecuentes, lo que desafía su permanencia en el territorio. En respuesta a los problemas ambientales y la*

*violencia de las milicias, los militantes migraron de los movimientos de lucha por la vivienda a los de defensa del medio ambiente entre finales del siglo XX y principios del XXI, su ámbito abarca la educación, fiscalización y denuncia ambiental de la población. Esta actuación llama la atención porque son raros los casos en que se permiten asociaciones en territorios dominados por la milicia. Este trabajo busca mostrar que a través de la lucha por la preservación del medio ambiente estos grupos encuentran la forma de existir en este contexto de “sociabilidad violenta” y resisten la producción de espacio por parte de las milicias sin confrontarlas directamente. Este artículo presenta entrevistas realizadas entre 2019 y 2022 a ambientalistas, agentes públicos, vecinos, además de notas de audiencias públicas realizadas en 2021 y una revisión de la literatura sobre asociaciones y milicias.*

*Palabras clave: ‘Áreas de Milícia’; Associativismos; Movimientos Sociales por la Defensa del Medio Ambiente; Producción de Espacio; Río de Janeiro.*

## 1. Introdução

O termo ‘milícia’ tem um significado específico no Rio de Janeiro referente a grupos criminosos organizados e coercitivos de domínio territorial, compostos por um conjunto híbrido de atores, como agentes estatais de segurança ativos e fora de serviço, funcionários eleitos e civis<sup>1</sup>. Seu escopo de atuação é amplo e está em constante mudança, no entanto, pode ser resumido como: (1) a monopolização ou cobrança pela prestação de serviços essenciais (e.g., transporte, gás de cozinha, internet e outros), (2) o controle de recursos naturais (e.g., terra e recursos hídricos), (3) o envolvimento com mercados ilícitos (e.g., tráfico de drogas e prostituição infantil) e (4) a extorsão da população por meio de esquemas de proteção (ver ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007; CANO; IOOTY, 2008; MISSE, 2011; MANSO, 2020).

Da mesma forma que o termo milícia evoca características específicas, ‘áreas de milícia’, ou ‘áreas controladas por milícias’, são territórios singulares da cidade marcados pela “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004). Diversas matérias de jornal e pesquisas nessas áreas mostram que associativismos de vários tipos são em geral reprimidos violentamente por confrontar ou ameaçar diretamente os interesses dos grupos milicianos. Mesmo diante desse quadro de repressão, diferentes formas de oposição e resistência emergem, como indicam estudos sobre o controle de grupos paramilitares no Brasil e na América Latina. No contexto brasileiro, movimentos culturais são apontados como uma das formas de associativismo que consegue atuar nesses contextos por estabelecerem uma forma menos evidente de ação política.

Entretanto, na área de milícia onde a presente pesquisa foi conduzida, a luta pelo meio ambiente – seja através de ONGs, fóruns da sociedade civil, conselhos municipais e outros – apareceu como forma de resistência mais expressiva. A área em questão situa-se em uma planície de inundação natural que serve seis municípios da Baixada Fluminense e vem sendo aterrada de forma predatória por grupos milicianos desde os anos 1990. O objetivo desses aterros é a criação de novas fronteiras de expansão urbana para produção de loteamentos – uma das tipologias imobiliárias com a qual as milícias se envolvem. Com efeito, os moradores sofrem com enchentes frequentes que “desafiam sua permanência no local” (entrevista com ambientalista, 22/09/2022).

Nesse contexto, ambientalistas vem introduzindo a educação ambiental da população, o ‘vigilamento’ (fiscalização) e a ‘ação’ (denúncia) através de percursos temáticos, pressão para mudança na legislação, sinalização, reuniões com moradores atingidos, panfletagem entre outros. Essa atitude chama atenção não apenas por serem raros os casos em que associativismos são permitidos em territórios dominados pelas milícias, mas também pelo histórico de militância dos ambientalistas e pela forma com a qual eles enfrentam essas organizações criminosas. Esse artigo busca ilustrar como e porque esses militantes migraram de um tipo de associativismo para o outro e que por meio da luta pela preservação do meio ambiente, eles encontram uma forma de existir nesse contexto de “sociabilidade violenta” e resistir a produção do espaço pelas milícias sem confrontá-las diretamente.

---

<sup>1</sup> Ele foi cunhado pela mídia inicialmente por volta de 2006 para se referir a grupos de policiais e bombeiros cobrando taxas de moradores da Zona Oeste para proteção contra traficantes (ARAUJO SILVA, 2018, p. 03).

O artigo estrutura-se em cinco partes. Primeiro ele faz uma revisão bibliográfica sobre associativismos em áreas de milícia apontando os tipos e estratégias adotadas nesses territórios. Em seguida ele traça o breve histórico da área estudada utilizando documentos históricos coletados na prefeitura, INCRA e IPEA. Posteriormente o artigo demonstra através da história de militância de uma ambientalista o momento de transição entre o movimento de moradia para pelo meio ambiente, a reestruturação da luta pelo direito a cidade pela lente ambiental e como essa abordagem se consolidou na área de estudo. Quando necessário, sua trajetória é complementada por outras entrevistas e notas de campo. Nessas três fases, transição, reestruturação e consolidação, o artigo procura evidenciar as causas para essa mudança, as estratégias e ferramentas usadas. Por fim, o artigo reflete sobre as causas do foco na pauta ambiental e como, através dela, os ambientalistas são capazes de existir e resistir a produção do espaço pela milícia lutando assim pelo direito à cidade. Vale ressaltar que esse trabalho é parte de uma pesquisa ainda em andamento e que, por tanto, os resultados ainda são preliminares.

## 2. Associativismos em Áreas de Milícia

Pesquisas em áreas de milícia revelam a dificuldade de movimentos sociais, ONGs, militantes e ativistas de atuarem nesses territórios. Nesses contextos, as organizações político-sociais são geralmente reprimidas violentamente como apontam pesquisas (ver HUTTA, 2019, 2022) e diversas matérias de jornal. Diante desse quadro de repressão, o senso comum pode levar a crer que em territórios dominados por essa organização criminosa não emerge nenhum tipo de resistência. Contudo, estudos como o de Moncada (2019) ilustram diferentes formas de resistência à extorsão e à coerção de grupos paramilitares na América Latina, o que o autor sistematiza em quatro categorias: (1) resistência formal ou (2) informal, (3) vigilantismo privado ou (4) estatal. Moncada argumenta que a forma de resistência de cada comunidade dependerá dos seus recursos econômicos (fontes de capital legal que podem ser usadas para independência financeira em relação aos grupos paramilitares) e políticos (acesso a agentes estatais não vinculados a esses grupos).

Pesquisas recentes no contexto brasileiro, e mais especificamente no Rio de Janeiro, apontam movimentos culturais como uma das formas de associativismo que consegue atuar em áreas de milícia. De acordo com Gomes houve uma migração de pautas propriamente políticas em contextos de violência rotinizada, ou seja, violência cotidiana e habitual, e não excepcional (2020, p. 60). Machado da Silva e Marcia Leite (2004) e Zaluar (1985) em seus estudos sobre associativismo e militância em favelas cariocas, já uniam as ideias de rotina e violência de maneiras distintas. Entretanto, para Gomes a violência rotinizada passa, fundamentalmente, pela coerção estabelecida pelos grupos milicianos. Nesses contextos, a autora argumenta, as militâncias se organizam em resistências culturais mais ocultas “por intermédio de pautas que não dizem respeito diretamente à questão da segurança pública” (GOMES, 2018, p. 112).

Em perspectiva similar, Santos Junior et al. (2022) argumentam que por estabelecerem uma forma menos evidente de ação política, sem confrontar ou ameaçar diretamente os interesses dos grupos milicianos, grupos culturais conseguem questionar a insegurança e as violações de direitos humanos “reivindicando o direito à cidade, constituindo-se em sujeitos coletivos que disputam o sentido das práticas nos territórios populares” (Ibid., p. 157). Gomes aponta uma grande diversidade entre esses grupos como educação popular; movimentos culturais; comunicação comunitária; coletivos LGBT; feministas; movimento estudantil, e de hip hop (2018, p. 115).

Esses estudos indicam uma diversificação nas formas de resistência bem como uma mudança na forma de associativismo que nem sempre se encaixam nos tipos de associativismo tradicionais, como associações de moradores, movimentos sociais pela moradia entre outros. Sobretudo, eles apontam para necessidade de estudar a fundo essa diversidade em contexto de violência rotinizada, como as áreas de milícia, o que o presente trabalho busca fazer.

### 3. Área de Milícia na Baixada Fluminense: Breve Histórico

A área de milícia estudada é um bairro da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro delimitado por dois rios da região e pela baía de Guanabara<sup>2</sup>. Grande parte do bairro conforma um polder – planície de inundação natural – que enche periodicamente com o retorno das águas da baía servindo como uma ‘esponja’ para seis municípios da região. Essa condição fez não só com que a defesa civil do município e o IBGE caracterizassem essa área como de risco, como inibiu sem entretanto, restringir completamente, o processo de ocupação legal e ilegal até o final do Século XX.

Além de suas condições naturais, a área guarda um importante acervo patrimonial e histórico pois tem vestígios quilombolas e sambaquieiros – seus primeiros habitantes – além de ter sido sede de uma fazenda administrada pela ordem dos beneditinos por quase quatro séculos. No início do século XIX, a ordem hipoteca a fazenda, mas sem recursos para pagar a dívida, ela é desapropriada pelo governo federal brasileiro em 1922. Nessa época as terras passam a ser administradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de saneamento e colonização com intuito de abastecer a então capital, Rio de Janeiro. Na década de 60, com a transferência da capital para Brasília, a fazenda perdeu gradativamente sua importância, e o INCRA cedeu alguns lotes agrícolas para ocupantes existentes interessados em transformá-los em loteamentos, preservando o restante como a sede da fazenda.

Em 1973, o Decreto Lei Nº 5.954 determina que a doação de terras em núcleos coloniais pelo INCRA a qualquer instância de governo (Federal, Estadual ou Municipal), para fins urbanos declarados de utilidade pública, é permitida desde que as terras tenham perdido a vocação agrícola. Fica determinado também que a doação somente se concretiza se o requerente utilizar a terra para finalidade proposta dentro do prazo prescrito para doação, o que varia de caso a caso. No mesmo ano do decreto supracitado, o município ao qual a área de estudo pertence, elabora seu primeiro plano diretor e logo em seguida, em 1975, define o zoneamento municipal. Em ambos o bairro em questão aparece como uma área urbana, demonstrando o interesse do município em transformá-lo em um de seus vetores de crescimento.

Na década de 80, com o crescimento populacional da Baixada e do município em questão – 133% de 1970 para 1980 (JÚNIOR, 2015, p. 192) –, aumentou a pressão pela urbanização dessa área. Em resposta, o INCRA elaborou um plano para a sede da fazenda estipulando grandes áreas para ocupação e indicando os limites das propriedades privadas (cedidas anteriormente) e das áreas destinadas a equipamentos do Governo Federal (já existentes). Algumas das áreas reservadas para urbanização foram projetadas com um traçado de rua conectado ao tecido da cidade existente, os quarteirões foram divididos em pequenos lotes unifamiliares de cerca de 6.458,35 m<sup>2</sup> e os lotes maiores foram reservados para equipamentos públicos como praças e escolas. O INCRA pretendia transferir o terreno para o município com a condição de que esses lotes fossem utilizados para políticas habitacionais cabendo a cidade fornecer toda a infraestrutura necessária para futura ocupação – por exemplo, água, esgoto, luz, além de aterros em pontos específicos alterando minimamente o sistema de absorção da água da baía. O município nunca cumpriu essas condições, e o título de propriedade da terra nunca foi transferido, permanecendo até hoje com o INCRA.

No entanto, a ocupação da área aconteceu independentemente. Segundo documentos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e entrevistas com moradores, apesar da invasão de terras públicas nessa área datar da década de 50, esse processo só se intensificou entre meados dos anos 1990 e 2000 com os loteamentos organizados pelas milícias. Hoje o bairro conta com 19 loteamentos, dos quais apenas sete são legais (segundo registros municipais) e iniciados entre as décadas de 60 e 70. Entre os ilegais<sup>3</sup>, três foram iniciados de forma independente por moradores, dois por movimentos sociais e sete foram criados por milícias – informações obtidas junto a

<sup>2</sup> Por motivos de segurança, os nomes das localidades serão mantidos em sigilo.

<sup>3</sup> Para o entendimento sobre as diferentes formas de loteamentos ver Holston (2009, p. 209).

moradores e associações de moradores do bairro em questão. Apesar da diversidade de agentes, a ocupação dessa área pelas milícias diferencia-se em objetivo, modo e escala como veremos a seguir. A movimentação de terra no interior do bairro é feita sem estudo de impacto ambiental ou aval oficial da prefeitura. Com efeito, a população local é afetada por enchentes e deslizamento de encostas que vêm se agravando ao passar dos anos causando danos materiais e pessoais – situação que tende a se piorar com a mudança climática. Um exemplo disso foram as chuvas de 2009 quando foram contabilizadas 1517 famílias afetadas por enchentes e deslizamentos em 20 bairros da Baixada, entre eles o bairro estudado (JÚNIOR, 2015, p. 203).

#### 4. A Pauta Ambiental: Transição, Reestruturação e Consolidação

A primeira vez que visitei essa área de milícia em 2019, fui acompanhada por MP<sup>4</sup> que participou da associação de moradores e de um movimento social de luta pela moradia de 1970 a 1990. MP saiu da luta por moradia em 92 e como ele disse, criou “uma energia pra trabalhar a reforma urbana e meio ambiente” (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019). Hoje coordena uma ONG além de participar do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Enquanto caminhávamos, perguntei o porquê dessa mudança de foco e ele me disse que “luta pela moradia não dá ibope” (Nota de campo, 09/07/2019) e complementou que:

MD: eu vou te dizer aqui uma máxima que eu aprendi nessa militância, lutar pelo meio ambiente não dá morte não, não conheço nenhum que morreu, nem Chico Mendes morreu por causa disso. (...) Não morreu por causa de meio ambiente, morreu por causa de terra. *Terra* [friso dele] dá morte em qualquer lugar, sempre deu e continua dando. (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019).

MP saiu do movimento de luta por moradia por medo da violência e encontrou no movimento ambientalista uma forma não só de existir no território, mas de lutar pelo direito a cidade. Assim como ele outros ambientalistas entrevistados atuaram anteriormente em outras formas de associativismos mais tradicionais como associações de moradores e movimentos sociais de luta pela moradia e acabaram migrando total ou parcialmente para o ativismo ambiental, indicando uma tendência.

Para essa pesquisa foram entrevistados seis ambientalistas que atuam em fóruns da sociedade civil, organizações não governamentais e no conselho municipal de meio ambiente do município em questão. Para ilustrar essas trajetórias, usarei uma interlocutora, MS, cuja história se mescla com a da área estudada e, quando necessário, complementarei sua fala com outras entrevistas com ambientalistas, técnicos da prefeitura e moradores além de notas de campo e de audiências públicas sobre a área.

##### 4.1 Transição: O foco no Meio Ambiente e a Ameaça das Milícias

MS nasceu e cresceu no município onde a área de milícia se localiza. Ela começou a militar em associações de moradores na década de 70 sob forte influência da igreja católica o que a levou a participar também da Pastoral Operária. “Eu era da associação de moradores do meu bairro, (...), eu era da igreja e na igreja a gente estava associado ao movimento dos direitos humanos” (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019). Além do movimento de bairro e da pastoral, enquanto professora, também atuava no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE), criado em 1979. Por fim, em 1983, com o processo de democratização do país e a forte expressão dos movimentos sociais, MS e outros militantes criam a Federação das Associações de Moradores do município onde ela mora, um movimento social composto de vários de movimentos de bairro. Apesar das várias frentes de luta de MS, elas não eram desassociadas e todas, de certa forma, almejavam o direito a cidade no sentido mais amplo – ou seja, englobavam educação, saúde, moradia, entre outros. Assim como MS, outros militantes também transitavam

<sup>4</sup> Por motivos de segurança, o nome dos interlocutores será mantido em sigilo.

entre sindicatos de classe, movimentos de bairro e movimentos sociais e essa circulação, gerou o que ela chama de “solidariedade”:

MS: Eu participei – eu era – da comissão jurídica nessa época [da federação], eu acompanhava as lutas pela terra aqui naquela época com essa comissão jurídica. (...) Em 79 veio o SEPE e eu era professora! [risos] Ai eu conhecia tudo! (...) Como eu era da Pastoral Operária, a gente apoiava as oposições sindicais. Não só a gente, mas o nosso sindicato, a federação [nome alterado para manter o sigilo] ... Tinha eleição do sindicato dos metalúrgicos, a gente ia em todas as fábricas fazer campanha para chapa de oposição (...). A gente ajudava, também quando tinha alguma coisa dos nossos eles ajudavam. Era uma solidariedade. (...) a federação e o SEPE sempre tiveram sede um do lado do outro. (...) E alguns de nós éramos professores e estávamos no Sepe e na federação. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Por conta desse trânsito de integrantes que participavam ao mesmo tempo de diversos movimentos, a Federação engajava-se em pautas diversas organizadas em comissões, como exposto na fala de MS. Ela conta que desde a sua criação, existia uma preocupação, ainda embrionária e não sistematizada, com assuntos relativos ao meio ambiente, como por exemplo a poluição industrial tão presente na Baixada Fluminense. Entretanto, foi a Eco-92<sup>5</sup> que incentivou MS e seus companheiros da Federação, como MD, a organizarem a “Eco dos Oprimidos”. Como nem todos os movimentos sociais do estado do Rio tiveram a chance de participar da conferência oficial, eles organizaram uma espécie de evento paralelo. A Federação teve um papel fundamental no município em questão pois organizou um seminário chamado “O meio ambiente, como é que fica?” onde eles debateram com prefeito, secretários e outros movimentos da cidade a questão ambiental como preparação para o evento. Uma das atividades organizadas pela Federação durante o seminário foi um mapeamento com o objetivo de mostrar “qual era o problema ambiental e o que que isso repercutia na organização comunitária” (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019). Esse mapeamento virou um percurso chamado “Toxic Tour” e a área de milícia estudada fazia parte pois era considerada uma zona de “sacrifício ambiental”, nome dado por MS, pois nela convergem a poluição industrial, extração de saibro e aterros. MS conta que o seminário “foi uma experiência muito importante... de acumular as – as bandeiras ambientais” (Entrevista com ambientalista, 22/09/2022) e esse momento da Eco-92 é identificado pela maioria dos ambientalistas entrevistados como um marco importante para transição em direção a luta pela preservação do meio ambiente.

Apesar da aproximação da pauta ambiental, ainda na década de 90, a Federação muda de liderança e adota uma nova agenda. Ao contrário de diversificar, eles focaram na habitação como objetivo e luta central. Com base na função social da propriedade – garantida pela constituição de 1988 – a nova liderança propõe organizar ocupações de terras públicas sem uso como conta MD:

MD: Então, a gente criou a comissão de habitação posse da terra (CHPT), ou seja, só para conflito. (...) E aí, a gente começou a apoiar movimentos de moradia, ou seja, organizar o povo para ocupar terra pública. Isso que o prefeito faz hoje quem fazia era o movimento. Então a gente identificava as terras públicas e partia para dentro. (...) A direção da federação [nome alterado para manter o sigilo], por exemplo, era contra a invasão de terra e a gente disputava internamente dentro da federação [nome alterado para manter o sigilo] que não era invasão, era ocupação [friso do interlocutor]. E ocupação é, a terra está ali, a terra é pública, a terra precisa de uma destinação final, qual a destinação final que está escrito lá na constituição federal? De preferência para população de baixa renda. O baixa renda é o cara que não consegue pagar o aluguel. Se a gente organiza ele e leva para uma terra pública, a gente está dando função social, que era o que o governo devia fazer. (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019)

Em 1995, a federação organizou um grupo de moradores sem teto e ocupou um terreno de 52m<sup>2</sup> – já aterrado pela companhia ferroviária – dentro da área estudada por esse artigo. A ocupação causou uma cisão interna entre os membros, um deles, MS, que não concordou com a estratégia “porque eles estavam em cima de um manguezal, em beira de rio... E eu era contra àquela

<sup>5</sup> A Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992.

ocupação (...) Terra pública, da União, mas abriu um precedente pra cá, né? E isso foi um impacto!” (Entrevista com ambientalista, 22/09/2022). Ela tinha razão quanto ao precedente gerado, mas o que ninguém previa era o interesse de uma organização criminosa em repetir esse processo. Nessa mesma época, a milícia controlada por um vereador local, começa a ocupar a área indiscriminadamente.

MS: Começa em 95 as ocupações aqui, que é esse novo momento que são as ações das milícias.

PC: Antes disso não tinha ocupação?

MS: Não, só tinha aquela que já estava conformada pelo governo federal e alguns sítios fora daqui. A APA ainda estava preservada, mas em 95 teve um vereador aqui chamado [nome omitido pela autora] que pegou uma parte das terras da União, que era o Morro do [nome omitido pela autora], e assentou pessoas. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Outros ex-integrantes da Federação como GM e MD afirmam que a milícia aprendeu com o movimento a ocupar terra pública e lotear. MS diz não saber “o que veio primeiro ovo ou a galinha” (Entrevista com ambientalista, 22/09/2022), entretanto, afirma que diferente do movimento que ‘ocupa’ como forma de acesso a habitação e de fazer valer a função social da propriedade, a milícia ‘invade’, ou seja, ela especula sobre a terra pública. O movimento procurava áreas menores e menos pantanosas evitando os custos extras com aterro ou cujo impacto ambiental da ocupação fosse menor conforme relatado por moradores e militantes. Já as milícias, utilizam métodos danosos ao meio ambiente em larga escala e velocidade. MS descreve esse processo da seguinte forma: “primeiro eles tacam fogo porque tem mata, tem vegetação, tem mangue, tem taboa, então eles botam o fogo” para limpar o terreno, depois, com a terra proveniente tanto do desbastamento dos morros locais ou entulhos comprados em outras áreas da metrópole eles “aterram a área”. Com o aterro, essas organizações criminosas criam grandes áreas planas para loteamento, ou seja, novas fronteiras de urbanização, e vendem os lotes para os trabalhadores pobres à prestação” (Notas de campo, 08/10/2022).

Ao perceber a entrada da milícia na disputa por terras da área em questão, MS entendeu que não conseguiria mais lutar pelo direito a cidade nos moldes Federação pois seria muito arriscado ocupar essa terra. Esse risco da violência miliciano começou a ser sentido pelos membros da Federação como conta MD:

MD: Toda hora a gente dava de cara com grupo de extermínio, não era... hoje fala miliciano pra ficar light, na época era “Fulano de tal é matador.” Só o nome já assustava, fazia a polícia parar e dar a volta. Então o seguinte, só o nome das pessoas, então a gente começou ao mesmo tempo a ser identificado por esses matadores (...). (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019)

Consequentemente, não só vários integrantes do movimento renunciaram como também desistiram de ocupar terras nessa área – sendo a ocupação de 1995 a única feita por eles no local<sup>6</sup>. Era necessário, por tanto, encontrar outra “linguagem” (Notas de campo, 08/10/2022) que não fosse a mesma utilizada pelo grupo criminoso.

#### 4.2 Reestruturação: Em busca de uma “nova linguagem”

Em busca dessa “nova linguagem”, MS se desvincula da Federação e dedica-se a pauta ambiental através do SEPE e outros grupos e fóruns com esse foco. Há também exemplos de militantes que ao saírem da Federação, criaram organizações não governamentais com foco no meio ambiente, como MD. De fato, na década de 90, muito por influência da Eco-92, o meio ambiente ganha destaque entre ativistas e militantes. No município em questão, diante de todos os problemas ambientais, essa pauta cresce e passa a direcionar também o poder público. Um exemplo disso é a criação da Secretaria de Meio Ambiente em 1996. Um dos diretores da secretaria na época, conta que o papel deles era orientar e não punir pois “multar não adianta nada, o cara vai lá e faz de novo! Ele não entende o que fez de errado.” (Entrevista com ex-agente público, 12/12/2022). A educação ambiental era feita através de panfletos informativos e reuniões do Conselho Municipal

<sup>6</sup> A área estudada conta ainda com outra ocupação feita por um movimento social em 2012.

do Meio Ambiente (CONDEMA). Esse foi criado no mesmo ano da secretaria sendo deliberativo e paritário, contando assim com representantes da sociedade civil organizada, como MS, por exemplo.

O CONDEMA foi um instrumento importante para trazer os ambientalistas para as discussões com o poder público. Em 1997, atendendo a pressão deles e da própria Eco-92 – que instigou as prefeituras a criar unidades de conservação –, a secretaria transformou 1.033,42 hectares do bairro estudado em uma modalidade de unidade de conservação municipal, a Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo o diretor da secretaria na época, a ideia não era impedir a ocupação completamente, mas desacelerar e desestimular o processo de ocupação do solo de forma predatória. Sendo assim ficava estabelecido que "qualquer construção no local deveria ser precedida de autorização do INCRA e da Secretaria de Meio Ambiente municipal" (Decreto Municipal Nº 3020). Para que essa determinação fosse cumprida, secretaria implementou a guarda florestal – que fazia patrulhas constantes no interior da APA – e determinou por lei que fossem criados no futuro o plano de manejo e o conselho gestor.

Além da criação da APA municipal, MS e outros professores, inspirados pelo "Toxic Tour" de 1992 e baseados na obrigatoriedade da história local nos currículos escolares estipulam outros trajetos temáticos pela cidade como ela conta:

MS: Fomos tematizando, "Caminho do Ouro", "Caminho da Fé", "Caminho do Pano", a gente visitava as indústrias de tecido... no "Caminho do Ouro" a gente pegava as igrejas coloniais e mostrava a estrutura administrativa... Aí tem assim, um percurso que é "Percurso da Cabaça", da diáspora africana, e aí vamos para o extermínio dos terreiros. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Para percorrer o território eles recebiam escolas locais, pesquisadores nacionais e estrangeiros, universitários, moradores, entre outros. Esses percursos existiam em muitas partes do município, mas MS conta que eles (os professores) tinham uma atenção especial na área de estudo pela sua importância histórica. Como fica claro na fala de MS, nem todos os percursos eram voltados para o meio ambiente. Entretanto, existia uma compreensão de que a preservação do patrimônio histórico da área depende intrinsecamente da preservação ambiental:

MS: A importância da criação dessa APA pra preservar manguezal, pra preservar os polderes, pra preservar os mananciais de água... conter a ocupação e principalmente – e também tinha uma clareza: preservar o Patrimônio Histórico e Ambiental. (Entrevista com ambientalista, 22/09/2022)

Além disso, os problemas ambientais estavam presentes por toda a cidade, portanto apareciam durante as caminhadas mesmo que essas fossem voltadas para outros temas. MS destaca que através dos percursos os ambientalistas eram capazes de estar presentes na APA, fiscalizando e denunciando crimes ambientais. A seguinte passagem exemplifica bem essa estratégia:

MS: Então assim sair pra andar e vigiar o que tá acontecendo, olhar pra ver o que tá acontecendo. Então toda vez que nós vamos com um grupo de ônibus, nós vamos olhar, nós vamos vendo se o patrimônio tá sendo destruído, se tem uma mata sendo desmatada, se tem uma situação de injustiça. Então você vai vendo o que tá acontecendo, você vai acompanhando também a evolução urbana do território, você vai estar conectado com o que tá acontecendo. É um olhar de vigiamento, mas com ação. Eu vou dar um exemplo, nós fizemos aqui o Toxic Tour, que a gente visita as injustiças ambientais, e nós tínhamos recebido aqui um grupo de geógrafos da Universidade Federal Rural, campus Nova Iguaçu. Eu fui com eles no mirante ali no Morro [nome omitido pela autora] que eu vou te mostrar lá depois. Quando nós chegamos lá, tinha uma draga do INEA e o caminhão da prefeitura extraindo barro, saibro ilegalmente. (...) Quando o ministério público já tinha proibido. Os estudantes fizeram o quê? Fotografaram tudo, botaram na rede social, nós mandamos então para a prefeitura. Naquela época tinha uma guarda florestal, agora não tem mais pra quem a gente ligar, tá? Então no dia seguinte tava todo mundo aqui, então parou. O caminhão e a draga tá lá ainda abandonado, mas parou a extração de saibro. Então é pedagógico ver a movimentação do homem no território quando a gente anda, entendeu? Quando a gente circula. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Um ponto importante da fala de MS são as oportunidades que o caminhar pelo território propicia tanto de conhecimento quanto de flagrante de crimes ambientais. Intervenções como a extração de saibro ou aterros, levariam meses, talvez anos, para serem reveladas por fotos aéreas. Já os percursos constantes com grupos equipados de câmeras, são ferramentas potentes de ‘vigilância e ação’, como ressalta MS. Além disso, vale notar a importância da presença do poder público no território por meio do guarda florestal que garante a fiscalização oficial. Por fim, a participação de terceiros – especialmente pessoas de fora – na denúncia é crucial para proteção dos ambientalistas que, geralmente, estão mais vulneráveis no território. Em uma conversa entre MS e MD isso fica claro quando o segundo narra o que acontece quando eles denunciam:

MD: Eu tô te falando o cara vem aqui, constata que tem problema, mas não toca, quem tem que tocar é os buxa daqui! [fala visivelmente alterado] Ai, eu tenho condição de tocar, sou meio doido, vou lá e faço, pronto. No dia seguinte tem um cara armado na minha porta. (...) A gente é alvo fácil, MS [nome alterado para manter o sigilo]! Eu sou...eu não posso andar de ônibus, não posso fazer o mesmo caminho. (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019)

### 4.3 *Consolidação: A Luta Pela Preservação do Meio Ambiente em Área de Milícia*

Apesar da legislação ambiental vigente e da atuação dos ambientalistas no território, a falta de atitudes duradouras do poder público, permitiu que o processo de invasão de terras na APA se desenvolvesse em ritmo e escala no início do século 21. Depois do término da gestão municipal que criou a área de proteção, a secretaria de meio ambiente passou a ser um cargo político que mais servia para respaldar as obras municipais e empreendimentos privados do que para preservar, como apontado por diversos interlocutores.

Com relação a APA, as iniciativas da primeira gestão – como panfletos e fiscalização através do guarda florestal – não foram mantidas e seu plano de manejo e conselho gestor, como previsto em lei, nunca foram aprovados. De acordo com o ex-diretor da secretaria de meio ambiente, esse “abandono” da área soou como algo permissivo para as milícias. Ele conta que retornou a APA em 2007, após sete anos afastado da secretaria, e se assustou com o que viu, “tava tudo ocupado, uma tristeza” (Entrevista com ex-agente público, 12/12/2022). Ele acrescenta que “não é que antes não ocupasse, ocupava! Mas era muito menos” (Ibid.). De fato, entre 1999 e 2001, quatro loteamentos novos foram iniciados pela mesma milícia. Sem qualquer informação sobre a APA ou sobre a titularidade das terras, novos moradores compravam acreditando se tratar de uma área rural como no relato de uma moradora:

CG: A gente comprou um lote... Na época, 400 reais, mas era dinheiro, né? [risos] (...) E fomos construindo a nossa casa ao decorrer de um ano, aí quando foi em 2002 a gente... 1 de maio, foi bem marcado! A gente veio pra morar. Ainda num tinha ninguém morando lá, não tinha luz... Era só a gente e alguns gados que eram soltos por lá. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

A ocupação ilegal e acelerada da APA não gerou mais fiscalização ou mais restrições na sua legislação para maior proteção. Pelo contrário, em 2006 parte dela foi subtraída pelo município sem consulta pública, como previsto por lei, e transformada em Zona Especial de Negócios com caráter logístico. Essa atitude deixa transparecer que os interesses da prefeitura para área são outros. Além disso, ela se mostra publicamente contrária à sua fiscalização e manutenção. Um exemplo disso são as falas do secretário de urbanismo durante as audiências públicas sobre o futuro da APA convocadas por ambientalistas. Ele repete inúmeras vezes que “a APA não existe mais, já ocuparam tudo” e que “não adianta fiscalizar e desapropriar, a gente desapropria uma casa em um dia e no outro já tem cinco no lugar” (Notas de audiência pública, 14/05/2021).

Esse posicionamento recorrente por parte da prefeitura – não só na área estudada, como em outras – provocou duas reações por parte dos ambientalistas. Primeiramente, a união dos mesmos em o que eles apelidam de “movimento guarda-chuva” (Notas de campo, 08/10/2021). Oficialmente o movimento é um fórum que reúne uma grande diversidade de atores – associações, sindicatos, ONGs, ativistas, acadêmicos – em que a pauta comum é o meio ambiente e o direito à cidade. Segundo, fez com que MS e seus companheiros sentissem a necessidade de estar

presentes permanentemente no interior da APA para fazer o papel do poder público. Através do SEPE, eles conseguem se instalar na APA em 2008, não como conselho gestor, mas como um Ecomuseu, ou como eles o chamam ‘Museu de percurso’, criado no âmbito da secretaria municipal de educação. MS conta que a ideia do ecomuseu surgiu na Eco-92 que instigou as prefeituras e pensarem a questão “de museus de trajeto, que trabalhassem com o território, com as questões ambientais do território e cujo acervo é o próprio território” (Entrevista com ambientalista, 22/09/2022). Ela complementa que:

MS: Bom, então assim, o *Museu* [nome omitido para manter o sigilo] quando ele surge, nós não sabíamos o que era um museu de percurso, tá? Nós usávamos o percurso porque não tínhamos museu e nós achávamos que sair pra olhar o território – ele é uma ferramenta...tanta pesquisa! Ela é uma ferramenta poderosa pra ver e interpretar esse território, e o homem, esse movimento do homem no tempo, aqui né. (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Sendo o acervo o próprio território, os ambientalistas precisam percorrê-lo constantemente para estudá-lo e dessa forma eles não só estão presentes através da sede física do museu como também esporadicamente através dos percursos. Sua presença no território se torna constante e normalizada por todos como conta MS, “todos aqui nos conhecem...sabem que vem estudante, professor visitar... tem muita gente com câmera!” (Entrevista com ambientalista, 02/07/2019). Tanto o museu quanto o fórum possuem ativistas em comum, MS é uma delas. O primeiro tem uma abrangência local, enquanto o outro, municipal, mas ambos trabalham juntos muitas vezes como na criação do conselho gestor da APA como veremos a seguir.

Entre 2009 e 2010, as chuvas que atingiram toda metrópole foram particularmente danosas para Baixada Fluminense como nos mostra Oscar Junior (ver HUTTA, 2019, 2022). Muitas famílias do bairro estudado ficaram desabrigadas ou perderam seus pertences, chamando a atenção do poder público para o problema das invasões de terra no local. Pela pressão dos ambientalistas, a localidade foi incluída no ‘Projeto de Controle de Inundações e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí’ de 2007 – mais conhecido como ‘Projeto Iguaçu’<sup>7</sup>. Em 2011 o ministério público federal juntamente com o INEA visitou o bairro para demarcar as áreas de risco, os imóveis que seriam desapropriados e a justiça determinou que a partir daquele momento nenhuma edificação poderia ser construída nessas áreas sob pena de serem demolidas pelo poder público. Apesar disso, a milícia continuou aterrando a área como relata KG, que mora em um dos loteamentos atingidos. Ela conta que durante a noite escutava os caminhões de entulho passando na sua rua, “a nossa casa até tremia” (Entrevista com morador, 15/03/2022).

MS acreditava que seria necessário o poder público estar presente na área para que os aterros ilegais parassem. Junto com outros ambientalistas do Ecomuseu e do fórum propôs à prefeitura que o conselho gestor da APA, previsto por lei e nunca concretizado, fosse criado e com sede no museu. Em 2014, com o avanço das ocupações e a eminência de outros desastres similares ao de 2009-2010, a prefeitura cedeu à pressão dos ambientalistas e criou o conselho gestor paritário e deliberativo:

MS: (...) nos fizemos aqui, porque a APA quando foi criada não tinha sede, as reuniões eram aqui porque nos somos um Ecomuseu também, um museu de território. Então nos envolvemos com as lutas ambientais e de defesa do patrimônio e nós nos deparamos com os conflitos, com as milícias, com os governos que tem outros projetos para cá, com as degradações... (Entrevista com ambientalista, 25/06/2019)

Dele participavam os moradores dos loteamentos em áreas de risco, representantes da prefeitura, do INEA, o Ecomuseu, Fóruns e ONGs. O grupo se reunia mensalmente e tinha grande adesão

<sup>7</sup> Financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, o projeto abrangia uma área de 726 quilômetros quadrados que se estende por seis municípios – Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. Ele previa o reassentamento de pessoas em situação de risco geológico, a recuperação das margens de rios, obras de saneamento básico e a criação de barreiras para contenção de água de chuva.

da população, contando com até 100 pessoas, como mostram os relatórios do conselho. Em sua maioria eram pessoas que tiveram suas casas condenadas pela prefeitura e o objetivo das reuniões era discutir o processo de reassentamento da população, os problemas enfrentados por eles no território e o futuro da APA. Através dessas pautas os ambientalistas eram capazes de introduzir a noção de risco associada a fatores geológicos bem como apontar as causas do problema, ou seja, os aterros feitos pelas milícias. Essa educação ambiental foi importante para que os moradores primeiro, percebessem que não podiam ocupar o espaço onde eles estavam tanto porque era uma área de risco de inundação, porque era área de proteção e também porque era fruto de invasão. Um exemplo disso é o caso de CG e MA, moradores afetados pelas enchentes:

CG: Em dois mil e... dez, né? 2009 ou 2010 veio a primeira enchente... Tendeu? A primeira enchente, aí a água invadiu nossa casa (...) Alguém invadiu um espaço que não devia e esse alguém era nós! [risos] Tudo bem. Quando foi em 2012... aí que a gente descobriu o que tava acontecendo. Que... O local lá tava em processo e que nós não poderíamos ficar lá. Então, começou a luta pra conseguir uma outra moradia.

PC: Mas até então vocês não sabiam?

MA: Até então nós compramos lá sem saber que era área ambiental.

PC: Mas tinha título? Tinha tudo... papel?

MA: Não! Ele fez tipo um documento legal, entendeu? Então, até aí então pra gente o lugar era legal. (Entrevista com moradores, 21/12/2021)

O depoimento dos moradores mostra que, não só as reuniões do conselho foram fundamentais quanto a atuação dos ambientalistas como MS na luta pelo direito à cidade. Vale frisar que essa luta só foi possível nessa área de milícia pois foi feita através da lente ambiental:

CG: Aí ela [a presidenta Dilma Rousseff] conseguiu negociar, um terreno— comprou um terreno que era pequeno (...) pra fazer o condomínio [MCMV]. Construir o condomínio e a gente garantiu que ia morar lá (...). Então, a gente contou que até 2016, 2017 a gente estaria ali. Aí, a gente ficou mais tranquilo e acompanhando a obra... A MS [nome alterado para manter o sigilo] sempre junto com a gente, a gente pode sempre contar com ela, ela sabe dessa história todinha, tendeu?

PC: Através do Ecomuseu [nome alterado para manter o sigilo]?

CG: Isso! Exatamente... E ela como representante do Meio Ambiente aqui né, era ela, do... Como é que a gente fala? Ai, esqueci a... (...) [do Conselho gestor] da APA. Então, ela era uma que fazia... Lutava pela gente, porque aquela área [o loteamento onde eles moram] era pra preservar o verde, né? E não de se tornar uma cidade de pedra. (Entrevista com moradores, 21/12/2021)

Em 2018, com respaldo de administrações públicas conservadoras a nível federal, estadual, a prefeitura extinguiu todos os conselhos que ficavam no interior das unidades de conservação e criou o que HB, outra ambientalista, chamou de “conselhão” (Entrevista com ambientalista, 01/11/2021). Este passou a se reunir fora da APA, perdeu a característica paritária e a capacidade deliberativa, funcionando apenas como entidade consultiva. Ou seja, excluiu a presença dos moradores e de representantes da sociedade civil organizada além de tirar o seu poder de veto. Além disso, retirou a única forma oficial de proteção da APA do território:

HB: (...) ele [o conselhão] funciona, ou não, eu não sei que a gente não tem como acompanhar, e... as coisas não acontecem, né, na verdade não tem a proteção do território porque não tem nenhuma edificação, nada, na APA [nome omitido para manter o sigilo] que possa protegê-la a não ser o *Ecomuseu* [nome omitido para manter o sigilo], né, que funciona lá como se fosse essa figura do poder público, né. (Entrevista com ambientalista, 01/11/2021)

O museu e o fórum continuam atuando na APA através dos percursos, programas sociais e parcerias com organizações da sociedade civil e universidades. Muitos dos moradores que participavam das reuniões se desestimularam tanto com a extinção do conselho gestor quanto com a falta de atitude do poder público com problema. Apesar disso, fica evidente o trabalho de conscientização por parte dos ambientalistas. Depois de 2018, as invasões de terra pública e aterros de áreas alagadas aumentaram, mas os moradores se mostram críticos, cientes dos riscos que correm em decorrência disso:

KG: Mas o que mais incomoda a gente agora num é... é o que eles tão fazendo lá dentro [no interior da APA]. Aterrando cada vez mais, aterra a rua principal que é onde você passou. E as da gente que fica transversal toda enche d'água. Todas elas enche d'água. (Entrevista com morador, 21/11/2021)

## 5. Considerações Finais

Pesquisas em áreas de milícia revelam a dificuldade de movimentos sociais, ONGs, militantes e ativistas de atuarem nesses territórios. Estudos recentes no Rio de Janeiro, apontam movimentos culturais como uma das formas de associativismo que consegue atuar nesses contextos. O presente trabalho buscou contribuir com essas pesquisas ilustrando um processo de transição entre militantes do movimento de moradia para o de luta pelo meio ambiente em uma área de milícia na Baixada Fluminense. A trajetória de uma ambientalista, complementada por outras entrevistas e notas de campo, mostrou que para enfrentar as essas organizações criminosas seria necessária uma “nova linguagem” diferente da disputa pela ocupação da terra. Uma série de fatores locais e gerais contribuíram para que essa linguagem fosse a ambiental.

Primeiro, a existência de uma preocupação na década de 80 por parte dos movimentos sociais e sindicatos de classe, ainda embrionária e não sistematizada, com assuntos relativos ao meio ambiente – como por exemplo a poluição industrial tão presente na Baixada Fluminense. Segundo, o trânsito frequente de militantes entre movimentos, de forma que MS, por exemplo, participava de várias frentes de luta o que fazia com que diversos temas fossem debatidos em movimentos cujo o foco principal era outro. Essa diversidade de temas era entendida como parte da luta pelo direito à cidade no sentido mais amplo. Terceiro, a realização da conferência Eco-92 que motivou tanto os movimentos sociais quanto o poder público a se aproximarem da pauta ambiental. O primeiro mapeou os problemas ambientais da cidade e como eles refletiam na sua organização e o segundo, criou uma secretaria e um conselho municipais com foco no meio ambiente. Quarto, os problemas ambientais da área estudada – causados em grande medida da produção do espaço pelas milícias – que afetam o dia a dia da população. Por último, como bem apontou um dos interlocutores, “ninguém morre por lutar pelo meio ambiente”, demonstrando que o movimento ambientalista ainda não está no radar das milícias – ao menos na área de estudo.

A luta pelo meio ambiente na área em questão mostrou ainda que ela pode ser uma forma de enfrentamento potente à produção do espaço pelas milícias sem confrontá-las diretamente. Através dos percursos, os ambientalistas podem fiscalizar as intervenções do grupo criminoso sem serem hostilizados, pois sua presença já foi normalizada no território. Ao caminhar eles conseguem notar mudanças que só seriam percebidas por satélite depois de meses ou até anos, dificultando assim a contensão de danos para o meio ambiente. Além disso, os ambientalistas não denunciam as milícias, mas os crimes ambientais consequentes das práticas milicianas. Ainda, como os ambientalistas interagem com grupos muito heterogêneos compostos de estudantes, professores e outros profissionais (muitos de fora da área de milícia), eles conseguem usar terceiros para fazer as denúncias, protegendo os mais vulneráveis – eles mesmos e os moradores.

Por fim, vale ressaltar que esse trabalho não tem a pretensão de generalizar, ou seja, afirmar que o movimento de luta pelo meio ambiente seria possível em outras áreas de milícia. Ele busca mostrar como os condicionantes da área e do município em questão, bem como a dinâmica da militância local, tornaram a pauta ambiental importante e plausível naquele contexto. Entretanto, o artigo mostra que existem outras possibilidades de resistência para além dos movimentos culturais e, com isso, busca-se inspirar outras pesquisas empíricas que possam dar conta da diversidade de alternativas para os associativismos em contextos de ‘sociabilidade violenta’ e ‘rotinizada’.

## 6. Bibliografia

CANO, I.; IOOTY, C. Seis por Meia Dúzia?: Um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro. Em: **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 50–105.

GOMES, S. Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio De Janeiro (Brasil) e em Guerrero (México). **Plural**, v. 25, n. 2, p. 112–127, 24 nov. 2018.

GOMES, S. A cultura como alternativa: Uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro. v. 13, n. 1, p. 20, 2020.

HOLSTON, J. Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. **City & Society**, v. 21, n. 2, p. 245–267, 2009.

HUTTA, J. S. From sovereignty to technologies of dependency: Rethinking the power relations supporting violence in Brazil. **Political Geography**, 2019.

HUTTA, J. S. Necropolitics Beyond the Exception: Parapolicing, Milícia Urbanism, and the Assassination of Marielle Franco in Rio de Janeiro. **Antipode**, v. 0, n. 0, p. 1–30, 2022.

JÚNIOR, O. EXTREMOS ATMOSFÉRICOS E DESASTRES HIDROMETEOROLÓGICOS EM DUQUE DE CAXIAS (RJ). **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 17, 2015.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, p. 53–84, jun. 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. Em: **Rio: A Democracia Vista de Baixo**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. p. 61–78.

MANSO, B. P. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Todavia, 2020.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13–25, out. 2011.

MONCADA, E. Resisting Protection: Rackets, Resistance, and State Building. **Comparative Politics**, v. 51, n. 3, p. 321–339, 1 abr. 2019.

SANTOS JUNIOR, O. A. et al. Milícias, Novos ilegalismos e a produção da cidade. Em: **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 145–164.

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza**. 1ª edição ed. [s.l.] Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 13, 2007.